

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) que avalie(m) **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB2A1

Levanto cedo, faço minhas abluções, ponho a chaleira no fogo para fazer café e abro a porta do apartamento — mas não encontro o pão costureiro. No mesmo instante, me lembro de ter lido alguma coisa nos jornais da véspera sobre a “greve do pão dormido”. De resto não é bem uma greve, é um locaute, greve dos patrões, que suspenderam o trabalho noturno; acham que, obrigando o povo a tomar seu café da manhã com pão dormido, conseguirão não sei bem o que do governo.

Está bem. Tomo o meu café com pão dormido, que não é tão ruim assim. E, enquanto tomo café, vou me lembrando de um homem modesto que conheci antigamente. Quando vinha deixar o pão à porta do apartamento, ele apertava a campainha, mas, para não incomodar os moradores, avisava gritando:

— Não é ninguém, é o padeiro!

Interroguei-o uma vez: como tivera a ideia de gritar aquilo? “Então você não é ninguém?”

Ele abriu um sorriso largo. Explicou que aprendera aquilo de ouvido. Muitas vezes lhe acontecera bater a campainha de uma casa e ser atendido por uma empregada ou outra pessoa qualquer, e ouvir uma voz que vinha lá de dentro perguntando quem era; e ouvir a pessoa que o atendera dizer para dentro: “não é ninguém, não senhora, é o padeiro”. Assim ficara sabendo que não era ninguém...

Ele me contou isso sem mágoa nenhuma e se despediu ainda sorrindo. Eu não quis detê-lo para explicar que estava falando com um colega, ainda que menos importante. Naquele tempo eu também, como os padeiros, fazia o trabalho noturno. Era pela madrugada que deixava a redação de jornal, quase sempre depois de uma passagem pela oficina — e muitas vezes saía já levando na mão um dos primeiros exemplares rodados, o jornal ainda quentinho da máquina, como pão saído do forno.

Ah, eu era rapaz, eu era rapaz naquele tempo! E às vezes me julgava importante porque, no jornal que levava para casa, além de reportagens ou notas que eu escrevera sem assinar, ia uma crônica ou um artigo com o meu nome. O jornal e o pão estariam bem cedinho na porta de cada lar; e dentro do meu coração eu recebi a lição de humildade daquele homem entre todos útil e entre todos alegre; “não é ninguém, é o padeiro!”

E assobiava pelas escadas.

Rubem Braga. **O padeiro** (com adaptações).

Acerca das ideias e de aspectos linguísticos do texto CB2A1, julgue os itens que se seguem.

- 1 Infere-se do primeiro período do texto, pela sequência das ações enumeradas, um único sentido para a palavra “abluções”: o de **orações**.
- 2 Estariam mantidos os sentidos do segundo período do primeiro parágrafo caso se deslocasse o termo “alguma” para imediatamente depois de “coisa”.
- 3 O texto, que é predominantemente narrativo e desenvolvido com base em um fato do cotidiano do narrador, caracteriza-se como uma crônica.
- 4 O texto apresenta um viés reflexivo a respeito do fato de o padeiro ser chamado de “ninguém” e de ele aceitar essa condição, apesar de realizar um trabalho importante para a sociedade.
- 5 No sexto parágrafo, o narrador se compara ao padeiro com base na ideia de que ambos exercem profissões pouco valorizadas.

Considerando aspectos linguísticos do texto CB2A1, julgue os itens a seguir.

- 6 Pela estruturação do penúltimo parágrafo, conclui-se que a forma verbal “levava”, em “no jornal que levava para casa” (segundo período), concorda com a primeira pessoa do singular.
- 7 A oração “para não incomodar os moradores” (último período do segundo parágrafo) expressa circunstância de causa.
- 8 No segundo parágrafo, as formas verbais “vinha”, “apertava” e “avisava” (quarto período) expressam ações que “um homem modesto” (terceiro período) desempenhava repetidamente em tempo passado.
- 9 No quinto parágrafo, as formas verbais “aprendera”, “acontecera” e “atendera” estão flexionadas no pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo e denotam ações que ocorreram em momento anterior ao da ocorrência de outras ações no passado, expressas, no texto, pelas formas verbais “abriu” e “Explicou”.
- 10 No último período do segundo parágrafo, o vocábulo “mas” é empregado com valor adversativo.

Julgue os itens subsequentes, em relação a estruturas linguísticas do texto CB2A1.

- 11 Tanto a forma “assobiava”, empregada no último parágrafo do texto, quanto a forma **assoviava** são admitidas pela ortografia oficial em vigor, tendo ambas o mesmo significado.
- 12 No quinto parágrafo, classifica-se como pronome relativo o vocábulo “que” em “Explicou que aprendera aquilo” (segundo período) e “ouvir uma voz que vinha lá de dentro” (terceiro período).
- 13 O emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “à”, em “à porta do apartamento” (quarto período do segundo parágrafo), é obrigatório.
- 14 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso se substituíssem por vírgula tanto o travessão empregado no primeiro parágrafo quanto o empregado no sexto parágrafo.
- 15 No primeiro período do sexto parágrafo, a colocação dos pronomes átonos “me” e “se” exemplifica dois casos de próclise obrigatória.

A respeito de Windows 10, de edição de textos e apresentações com o MS Office 365 e de aplicativos para segurança, julgue os próximos itens.

- 16 A ferramenta do sistema operacional Windows que auxilia na proteção contra ameaças de vírus e *malware* é chamada Defender.
- 17 No Windows, por meio do botão Reiniciar, é possível desligar o computador, mantendo-se abertos e salvos os arquivos em uso, para retornar a eles após uma pausa rápida.
- 18 No Word, ao se usar a opção Salvar uma Cópia, o arquivo original que tiver sofrido alterações poderá ser salvo com outro nome, mantendo-se o original com o nome anterior.
- 19 No PowerPoint, o efeito que se pode aplicar nos *slides* para dar uma melhor aparência na forma como eles mudam durante sua apresentação é chamada de transição.
- 20 Para se utilizar o MS Office 365, é necessário realizar o *download* das ferramentas do MS Office e fazer a instalação no computador do usuário.

Acerca de redes de computadores e de ferramentas disponíveis para comunicação na Internet, julgue os itens que se seguem.

- 21 Em uma *intranet* de uma empresa ou órgão, apenas usuários autorizados, detentores de *login* e senha, podem acessar páginas *web*, sistemas e dados disponíveis.
- 22 Ao se fazer o backup do Windows, pode-se optar por manter as credenciais como a lista de redes Wi-Fi e as senhas em uso no computador.
- 23 No MS Outlook, ao se fazer uma cópia de segurança de todas as informações de contato, calendário e *e-mail* para um arquivo do tipo *pst*, os anexos de *e-mail* são excluídos.
- 24 A pesquisa por imagens na ferramenta de busca do Google pode ser feita por meio de uma foto ou *upload* de arquivos, via recurso do Google Lens.
- 25 Para se utilizar o OneDrive da Microsoft de forma sincronizada, é necessário que haja uma conta pessoal, corporativa ou de estudante configurada para uso.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito de princípios de contagem, operações com conjuntos e problemas geométricos.

- 26 Um grupo de 50 pessoas irá receber condecorações da prefeitura, em que cada pessoa receberá pelo menos um de dois tipos de condecorações, que são Honra e Mérito. Se 32 pessoas receberem os dois tipos de condecorações e 40 pessoas receberem pelo menos a condecoração de Mérito, então 18 pessoas receberão apenas a condecoração de Honra.
- 27 Um galpão de ferramentas da prefeitura cujas dimensões são de 11 m por 16 m será ampliado de tal forma que suas novas dimensões passarão a ser 12 m por 22 m. Nesse caso, serão adicionados 88 m² de área útil ao galpão.
- 28 Doze soldados de um batalhão da polícia militar do Espírito Santo, dos quais quatro são homens e oito, mulheres, serão escolhidos para formar uma equipe de seis policiais. Assim, há 420 possíveis maneiras de se formar a equipe com exatamente quatro mulheres e dois homens.

No que se refere a lógica proposicional, julgue os próximos itens.

- 29 O valor lógico da proposição composta $p \vee \sim q \rightarrow r \wedge \sim s$ será verdadeiro apenas para oito combinações diferentes dos valores lógicos das proposições p , q , r e s .
- 30 A frase “Como Cachoeiro do Itapemirim é uma linda cidade, ela possui vários pontos turísticos.” é uma proposição simples.

Com relação Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cachoeiro de Itapemirim (Lei n.º 4.009/1994, e suas alterações), julgue os itens a seguir.

- 31 Para avaliação de estágio probatório, somente servidor estável de nível hierárquico não inferior ao do avaliado poderá compor comissão avaliadora no município de Cachoeiro de Itapemirim.
- 32 No âmbito do município de Cachoeiro de Itapemirim, é vedada a posse em cargo público mediante procuração.
- 33 Servidor público municipal estável de Cachoeiro de Itapemirim poderá obter licença sem vencimento para tratar de interesses particulares, até o prazo máximo de quatro anos, sendo-lhe vedada nova concessão se ele permanecer no mesmo cargo público.
- 34 No município de Cachoeiro de Itapemirim, a vacância de função de confiança ocorre tanto por dispensa quanto por destituição.

Ainda no que se refere ao Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cachoeiro de Itapemirim, julgue os próximos itens.

- 35 Servidor público municipal de Cachoeiro de Itapemirim que contrair doença profissional que o inabilite para o exercício das suas atribuições terá direito a licença com vencimento integral, independentemente do tempo de serviço público que tiver prestado.
- 36 Servidor público municipal de Cachoeiro de Itapemirim que, no exercício das suas atribuições, causar danos a terceiros responderá à fazenda municipal, na forma da legislação civil e processual federal.
- 37 Ao servidor público municipal de Cachoeiro de Itapemirim é vedado participar em sociedade de que esse próprio município seja acionista.

Julgue os seguintes itens à luz da Lei Orgânica do Município de Cachoeiro de Itapemirim.

- 38** No município de Cachoeiro de Itapemirim, em cada bairro da cidade e nas sedes dos distritos, é obrigatória a existência de uma praça pública.
- 39** É vedado a servidor público municipal de Cachoeiro de Itapemirim servir sob a direção imediata de um tio (irmão do pai).
- 40** A autonomia administrativa do município de Cachoeiro de Itapemirim caracteriza-se pela decretação e arrecadação de tributos de sua competência e aplicação de suas rendas.

A respeito da ética e da moral no serviço público, julgue os itens que seguem.

- 41** O servidor público possui discricionariedade para, no cumprimento de suas funções e tarefas, utilizar, ou não, os avanços técnicos e científicos postos ao seu alcance.
- 42** A observância da moralidade na administração pública possui estatura unicamente infraconstitucional, pois se origina de disciplina veiculada nos códigos de ética elaborados no âmbito das administrações federais, estaduais e municipais.
- 43** A ausência injustificada do servidor no local de trabalho, apesar de indesejável, não será tida como fato de desmoralização do serviço público, exceto se implicar decréscimo de produtividade.
- 44** O exercício da função pública não se integra na vida particular do servidor público, de modo que os atos verificados na conduta cotidiana no âmbito da vida privada não podem ser utilizados para desfavorecer o conceito do servidor na sua vida funcional.
- 45** A urbanidade no trato com os usuários do serviço público insere-se no âmbito dos deveres fundamentais do servidor público.
- 46** Atentará contra a ética no serviço público o servidor que fizer uso de informações sigilosas ou privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço em benefício de terceiros.

A respeito da relação entre ética, moral e democracia e dos aspectos atinentes ao exercício da cidadania, julgue os itens subsequentes.

- 47** A educação é fator fundamental para o exercício da cidadania, tendo sido garantida, à luz desse viés, pela Constituição Federal de 1988 como um direito de todos e um dever do Estado e da família.
- 48** As capacidades eleitorais ativa e passiva são facetas do exercício da cidadania inseridas no contexto das democracias.
- 49** A ética e a moral não são sinônimas, sendo esta última objeto de estudo da primeira, que, por sua vez, poderia ser definida como ciência da moral.
- 50** Na perspectiva clássica, a ética assume uma concepção predominantemente formal, dissociada da análise dos bens que as pessoas desejam e do modo como aqueles são distribuídos no direito, na política e na economia.

Determinado grupo, de aproximadamente 100 pessoas, planejou de se reunir em praça pública municipal, visando criar associação para combater os desmandos do respectivo prefeito, inclusive utilizando-se de instrumentos judiciais como o mandado de segurança coletivo, já que a agremiação associativa poderia representar seus associados judicialmente. Tomando conhecimento da reunião, o prefeito baixou um decreto determinando: a) a dispersão da reunião e a proibição da criação da associação, alegando ausência de prévia autorização; b) a dissolução de qualquer associação eventualmente criada contrária aos interesses do seu partido.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes com base nos direitos e garantias fundamentais.

- 51** Caso seja efetivamente criada, a entidade associativa terá legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de expressa autorização do filiado.
- 52** Caso seja efetivamente criada a entidade associativa, esta não poderá impetrar mandado de segurança coletivo logo após a sua criação, uma vez que a associação apenas pode se valer desse instrumento judicial após um ano de funcionamento.
- 53** O prefeito agiu de modo correto ao determinar a dispersão da reunião, pois, embora todos possam reunir-se pacificamente em locais abertos ao público, exige-se para tal prévia autorização da autoridade local.
- 54** Errou o prefeito ao alegar ausência de prévia autorização para a criação de associação, porquanto tal criação independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- 55** Foi errada a atuação do prefeito ao determinar a dissolução de qualquer associação contrária aos interesses do seu partido, porquanto as associações só podem ser compulsoriamente dissolvidas por decisão judicial trânsito em julgado.

Acerca de disposições gerais pertinentes aos servidores públicos, julgue os itens que se seguem.

- 56** É vedada a incorporação de vantagens vinculadas ao exercício de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- 57** A investidura em cargo em comissão depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo.
- 58** É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do regime próprio de previdência com a remuneração de cargo público, efetivo ou comissionado.
- 59** Ao agente público ocupante exclusivamente de cargo em comissão aplica-se o regime geral de previdência social.
- 60** O limite constitucional do teto remuneratório aplica-se ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo em comissão.

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Acerca do papel do Estado e da atuação do governo nas finanças públicas, julgue os itens que se seguem.

- 61** Uma das formas de se buscar equidade na sociedade por meio da intervenção estatal consiste na criação de um tributo proporcional para financiar o orçamento público; assim, os mais ricos pagariam proporcionalmente mais impostos que os mais pobres.
- 62** Entre as atribuições econômicas governamentais destacam-se os ajustes para melhor alocação dos recursos e distribuição de renda, bem como a manutenção da estabilidade econômica.

A ação planejada do Estado na manutenção de suas atividades e na execução de seus projetos materializa-se por meio do orçamento público. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 63** Durante o ciclo orçamentário, a Lei de Diretrizes Orçamentárias define diretrizes, programas, objetivos e metas para a estruturação do plano plurianual que vai orientar a atuação governamental no quadriênio.
- 64** Em consonância com o princípio da totalidade orçamentária, cada ente da Federação deve elaborar uma única lei orçamentária com todas as receitas previstas e despesas fixadas para o exercício financeiro.
- 65** Os princípios orçamentários, válidos para todos os poderes e entes federativos, visam estabelecer regras básicas a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.

No que se refere ao sistema de planejamento e de orçamento público no Brasil, julgue os itens seguintes.

- 66** A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios estabelecerão, em atos próprios, a classificação funcional dos seus orçamentos, organizados por funções e subfunções, em consonância com a estrutura de programas do sistema de planejamento e orçamento federal.
- 67** Os créditos adicionais, que correspondem às autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei do orçamento, classificam-se como extraordinários quando destinados a dispêndios urgentes e imprevistos, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- 68** As unidades orçamentárias integram o sistema de planejamento e orçamento e ocupam o maior nível da classificação institucional, sendo responsáveis pela apresentação da programação orçamentária detalhada da despesa por programa, ação e subtítulo.

Julgue o item a seguir, referente ao Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC).

- 69** O SIAFIC é o sistema eletrônico de informações financeiras criado pelo governo federal para, entre outros objetivos, assegurar a transparência da gestão fiscal de todos os entes federativos.

Em 20/1/2022, a Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim emitiu os boletos para a cobrança do IPTU de 2022, no valor de R\$ 34.033.996,80. Em 1.º/1/2023, o município fez a cobrança judicial dos valores do IPTU de 2022 dos contribuintes inadimplentes, no montante de R\$ 4.033.000,00.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 70** O valor de R\$ 4.033.000,00 corresponde à receita do IPTU de 2022 inscrita em dívida ativa municipal.
- 71** No momento da emissão dos boletos para a cobrança do IPTU de 2022 (20/1/2022), quando a Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim identificou a ocorrência do fato gerador do IPTU, determinou a matéria tributável, calculou o montante do tributo devido e identificou o sujeito passivo, o estágio da receita do IPTU era o da cobrança.

À luz da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF), julgue os próximos itens.

- 72** A LRF atribuiu novas funções à lei de diretrizes orçamentárias, além daquelas já constantes da Constituição Federal de 1988, sendo uma dessas inovações o anexo de metas fiscais, instrumento no qual são estabelecidas metas anuais relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública.
- 73** O limite máximo das despesas com pessoal dos entes da Federação será estipulado em função da receita corrente líquida, correspondendo a 65% de tal receita no caso dos municípios.
- 74** Entre os parâmetros estabelecidos na LRF para acompanhamento das metas e dos limites fiscais, está a receita corrente líquida, que, no âmbito municipal, é apurada sem deduções de transferências constitucionais.
- 75** A regra de ouro prevista na LRF estabelece que nenhum ato que provoque aumento da despesa de pessoal poderá ser editado nos 180 dias anteriores ao final da legislatura ou do mandato dos chefes dos Poderes Executivos.

A respeito do Sistema Tributário Nacional, considerados os princípios e as limitações ao poder de tributar, levando em conta a jurisprudência do STF, julgue os itens que se seguem.

- 76** O protesto das certidões de dívida ativa configura sanção política não admitida pelo texto constitucional, porquanto a esfera tributária dispõe de meios próprios para a recuperação dos créditos, a exemplo da execução fiscal.
- 77** A instituição de benefício fiscal que promova a redução de alíquota de determinado tributo demanda a observância do princípio da não surpresa.
- 78** O texto constitucional não admite exceções ao princípio da proibição de concessão de isenções heterônomas.
- 79** A instituição e a cobrança de uma nova taxa como contraprestação de serviço público específico e divisível não exigem a observância das anterioridades anual e nonagesimal.
- 80** É inconstitucional a exigência, pelo fisco, de garantia real ou fidejussória como condição para a impressão de documentos fiscais, no caso de contribuintes inadimplentes.

A respeito da obrigação tributária, levando em conta o Código Tributário Nacional (CTN), a Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os próximos itens.

- 81** A capacidade tributária do sujeito passivo não é afetada pelo implemento de medidas que importem limitação do exercício de suas atividades comerciais ou profissionais.
- 82** O fato gerador da obrigação tributária principal corresponde a situação definida na legislação tributária como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- 83** À luz do CTN, o posterior inadimplemento de uma venda a prazo não compromete a higidez da obrigação tributária atinente à relação de compra e venda, considerada a impossibilidade de o contribuinte repassar o ônus da inadimplência ao fisco.
- 84** A obrigação tributária principal está relacionada ao pagamento de um tributo, ao passo que a obrigação tributária acessória corresponde ao pagamento de uma multa decorrente do não cumprimento de obrigação de fazer.
- 85** Como regra, os pactos privados relativos à obrigação de quem deverá pagar o tributo não são oponíveis ao fisco.

Com relação aos impostos municipais, observada a CF e a jurisprudência atual do STF, julgue os itens subsequentes.

- 86** As operações relativas a licenciamento ou cessão do direito de uso de *softwares*, sejam eles padronizados ou elaborados por encomenda, devem sofrer a incidência do ISS, e não do ICMS.
- 87** É legítimo aos municípios editar leis prevendo a obrigatoriedade do cadastramento, no órgão da administração municipal, de todas as empresas que prestem serviços no respectivo território, ainda que o estabelecimento esteja localizado e registrado em município diverso, sob pena de, em caso de descumprimento dessa obrigação, impor ao tomador dos serviços a retenção do ISS devido.
- 88** As atividades de franquia postal estão sujeitas à incidência do ISS, ainda que o contrato envolva, para além das obrigações de fazer, obrigações de dar.
- 89** A validade da delegação, por meio de lei municipal, ao Poder Executivo, concernente à avaliação individualizada de imóvel novo não previsto na planta genérica de valores, para fins de cobrança do IPTU, depende de que a lei municipal preveja os critérios para a avaliação técnica a ser realizada pela administração tributária, bem como possibilite ao contribuinte o contraditório.
- 90** A seletividade na cobrança do IPTU, considerada a diferenciação das alíquotas para imóveis edificadas e não edificadas, somente foi possível após alteração promovida por meio de emenda constitucional que, legitimando a progressividade, permitiu a gradação de alíquotas.

Acerca do Código Tributário do município de Cachoeiro de Itapemirim (Lei municipal n.º 5.394/2002 e suas alterações), julgue os itens a seguir.

- 91** A moratória é a concessão de novo prazo ao sujeito passivo para pagamento de crédito tributário não pago no vencimento original, que deve ser estabelecida por lei, configurando a suspensão da exigibilidade do crédito.
- 92** No município de Cachoeiro de Itapemirim, a instituição de tributos municipais somente pode ser estabelecida por lei, podendo a sua majoração ocorrer por decreto municipal.
- 93** Se uma pessoa natural estiver submetida a medidas que importem privação para o exercício de atividades civis, estará caracterizada sua incapacidade tributária passiva enquanto ela estiver nessa situação.
- 94** A constituição de crédito tributário pelo lançamento é competência privativa da autoridade administrativa.
- 95** A obrigação tributária acessória tem como objetivo a penalidade pecuniária, decorrente da legislação tributária.

Ainda com base no Código Tributário do município de Cachoeiro de Itapemirim, julgue os itens seguintes.

- 96** Se uma prestação de serviço por empresa se inicia no exterior e termina no Brasil, é vedada a incidência de imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- 97** O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) incide sobre imóvel edificado, ocupado ou não, ou construído em terreno alheio.
- 98** Se um contribuinte ajuizar ação de consignação em pagamento e ela for julgada procedente, haverá a exclusão do crédito tributário.
- 99** Tanto a dação em pagamento quanto a permuta de bens imóveis são fatos geradores do imposto sobre transmissão de bens imóveis.
- 100** Para que uma infração às normas tributárias seja considerada reincidente, o mesmo infrator deve transgredir a mesma norma, até cinco anos após a infração se tornar administrativamente definitiva.

Espaço livre